



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica
Administrativa – CEP: 70.150-900
Telefones: (061) 3411.4246 / 3411.4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180

Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres –
PNPM

Ajuda-Memória – 43ª Reunião Ordinária

DATA: 11/09/2012

LOCAL: Auditório da Secretaria de Políticas para as Mulheres – Brasília/DF

Participantes:

- Lourdes Maria Bandeira – SPM;
- Tatau Godinho – SPM;
- Vera Soares – SPM;
- Aparecida Gonçalves – SPM;
- Magaly Correia Marques - Casa Civil;
- Lídia Hatsumi Yoshikawa – Casa Civil;
- Vera Lucia de Oliveira – MAPA;
- Thaís Werneck – MinC;
- Coronel Rodrigo Martins Prates – Defesa;
- Rodrigo de Oliveira Júnior – MEC;
- Daiane de Oliveira Lopes – MEC;
- Liliane Brum Ribeiro – MS;
- Fernanda Mansur Tansini – MRE;
- Maria Gorett de Couto Gomes – MME;
- Elizane Veloso Costa Guedes – MME;
- Andréa Lorena Butto Zarzar – MDA;
- Maria Isolda Dantas de Moura – MDA;
- Teresa Sacchet – MDS;
- Bárbara Pincowsca Cardoso Campos – MDS;
- Maria do Rosário Cardoso – MPOG;
- Maria das Graças Serafim Cabral – Seppir;

- Fernanda Machiavelli Mourão de Oliveira – SG/PR;
- José Caetano Andrade Minchillo – BB;
- Ítalo Cajueiro de Oliveira – BB;
- Miriam Salete Licnerski Barreto – CEF;
- Carla Mendonça Magalhães – CEF;
- Leila Bezerra do Vale – FUNAI;
- Natália de Oliveira Fontoura – IPEA;
- Elizabeth Marins – IPEA;
- Lucia Helena Afonso Rincón – CNDM;
- Ana Maria Mesquita – SPM;
- Maria das Graças Batista de Carvalho – SPM;
- Gabriela Bastos – SPM;
- Mariana Mazzini Marcondes – SPM;
- Le-Lyne Nunes Czezko – SPM;
- Renata Preturlan – SPM;
- Camila Firmino Rocha – SPM;
- Leila Ollaik – SPM

1. Abertura

A reunião foi aberta pela **Ministra da Secretaria de Política para Mulheres (SPM), Excelentíssima Senhora Eleonora Menicucci**, que agradeceu a presença de todas/os. A Ministra ressaltou a importância do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, responsável pela implementação, consolidação e controle das políticas para as mulheres. Destacou que, na SPM, o Comitê está sob a responsabilidade da Secretaria Executiva, com a participação das demais Secretarias. A Ministra reforçou a importância da atuação de cada uma/um das/os representantes no Comitê que farão o controle da transversalidade de gênero em seus respectivos ministérios. Salientou a importância do Comitê para a implementação do PNPM, que é um plano do governo federal como um todo. Mencionou ainda a alteração da composição do Comitê, que seria explicada em seguida.

2. Informes

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** informou os pontos de pauta da reunião e depois abriu para uma rodada de apresentação. Após agradecer a participação de

todas/os, especialmente das/os representantes dos novos membros do Comitê, passou para o primeiro informe.

Informou que o comitê teve sua composição alterada. O número de ministérios e órgãos da Administração Pública Federal foi ampliado, com a inclusão de dez novos ministérios (Ministério do Turismo; Ministério dos Esportes; Ministério da Pesca e Aquicultura; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério das Comunicações; Ministério da Defesa; Ministério das Relações Exteriores; Ministérios da Previdência Social; Ministério da Integração Nacional; Sec. Relações Institucionais) e o Banco do Brasil. Houve mudanças no escopo do Comitê, devido a novas demandas. As agências da ONU (OIT e ONU Mulheres) e o Fórum de Organismos de Políticas para as Mulheres (OPMs), que reúne organismos estaduais e municipais, passarão para a condição de convidados. Isso se deve ao fato de não serem responsáveis pela elaboração do PNPM, papel do governo federal.

A Secretária Executiva informou ainda que o processo de elaboração do PNPM foi iniciado na secretaria que hoje é presidida pela Secretária Tatau, feito como uma atualização do 2º PNPM a partir das resoluções da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (3ª CNPM). Depois, o processo passou a ser conduzido pela Secretaria Executiva, que constituiu para isso uma equipe, que foi apresentada: pela Assessoria da Secretaria Executiva, Carolina Tokarski, Camila Firmino e Leila Ollaik; pela Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência, Le-Lyne Czezko; pela Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas, Renata Preturlan e pela Secretaria de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica, Gabriela Parente.

3. Exposição sobre metodologia e estratégia política do PNPM

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira** informou que a elaboração do PNPM foi feita a partir de uma metodologia em espiral, que consiste em partir das ações já existentes no 2º PNPM, incorporando as resoluções da 3ª CNPM e, em seguida, ampliar o plano com as pactuações que são demandadas pela sociedade através do CNDM. Desse modo, o PNPM implementa a transversalidade, tanto do ponto de vista horizontal (entre os ministérios) quanto do vertical (porque ele responde nos níveis estadual e municipal às conferências realizadas nesses âmbitos).

Informou ainda que a 3ª CNPM validou o 2º PNPM, pedindo sua atualização a partir das resoluções da 2ª CNPM. Este PNPM tem vigência no período de 2012-2015, que é o período do PPA. Houve uma fase de trabalhos internos e logo após as pactuações, sob responsabilidade das Secretárias da SPM. Em algumas áreas, as pactuações já foram concluídas; alguns ministérios nos procuraram de iniciativa própria, como o MJ. É importante haver abertura e pré-disposição dos ministérios. A Secretária ressaltou ainda que continua sendo objetivo da SPM a implementação e fortalecimento de núcleos de gênero em todos os ministérios.

A Secretária informou que o Comitê terá um calendário de reuniões mensais, até o final do ano. Este calendário será enviado por email. Disse que o objetivo da reunião de hoje era pactuar o PNPM. As/os participantes receberam uma versão preliminar do plano, que apresenta os capítulos e a estrutura do PNPM. Os capítulos estão estruturados em objetivos gerais e específicos, metas e plano de ação. O plano de ação não está incluído, será enviado via email. As/os representantes terão até 1º de outubro para enviar e sugerir alterações ao plano, ter conhecimento das pactuações que já estão em andamento e para propor novas pactuações. Até 1º de outubro este documento deverá ser enviado para o email da equipe da Assessoria da Secretaria Executiva da SPM (pnpm@spmulheres.gov.br) que reunirá as contribuições e finalizará o PNPM, disponibilizando-o no site da SPM, em CD e impresso.

O PNPM continuará a ser monitorado pelo SigSPM,. Haverá uma exposição específica sobre isso, que não será feita nesta reunião.

4. Apresentação panorâmica da estrutura do PNPM:

Em seguida, a Secretária Executiva **Lourdes Bandeira** iniciou uma apresentação panorâmica sobre a estrutura do PNPM. Colocou que o monitoramento não constituirá mais um capítulo, será um ponto no plano. O PNPM terá apresentação da ministra e um texto de introdução que incluirá os pressupostos e diretrizes expondo com mais clareza o conceito de transversalidade. Depois terá 10 capítulos, introduzidos por um texto de consistência política elaborado pelas secretárias responsáveis pela execução daquele capítulo.

Procedeu-se à leitura dos objetivos gerais, específicos, metas e linhas de ação de todos os capítulos do PNPM. Foram passadas orientações para o envio de sugestões e complementações até o dia 1º de outubro.

Mariana Mazzini (SPM) fez informe a respeito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. O Observatório foi criado a partir de demandas dos países membros da Cepal, na Conferência de Quito de 2007. Ele foi criado na SPM em 2009 e desde então realiza o monitoramento das políticas e da realidade das mulheres no Brasil, garantindo a visibilidade da atuação do Estado brasileiro e do movimento de mulheres.

O Observatório tem uma agenda de disseminação de estudos e pesquisas, tanto quantitativas como qualitativas. Foi distribuída para cada uma/um uma cópia da revista especial lançada sobre Desenvolvimento Sustentável e Gênero. A revista está disponibilizada em versão impressa e digital. Mariana colocou a equipe do Observatório à disposição de todas as participantes do Comitê para dar suporte a todas as atividades dos ministérios.

A seguir, a reunião foi aberta para debate para todas/os as/os participantes.

Miriam Barreto (Caixa Econômica Federal) parabenizou a SPM pelo trabalho realizado. Questionou a quantidade de linhas de ação dos capítulos, pois alguns parecem ter mais ações que outros. Colocou que era possível verificar um enfoque especial no tema da violência contra a mulher; porém, nos capítulos 9 e 10 há poucas ações.

Lídia Yoshikawa (Casa Civil) questionou como foi pensada a montagem do plano em metas e linhas de ação, pois estas às vezes se confundem. A estrutura do documento tende a colocar objetivos gerais, específicos, metas e linhas de ação como coisas separadas. Questionou a metodologia de construção de cada uma das seções.

Fernanda Machiavelli (Secretaria Geral/PR) parabenizou a SPM e complementou as colocações anteriores. Sugeriu que se formassem as metas com substantivos e as ações em verbos. Também questionou, do ponto de vista da Secretaria Geral, como estavam sendo pensados os mecanismos de participação social no PNPM. Ele é resultado da 3ª Conferência; haverá outro momento? E durante a execução, como será a prestação de contas à sociedade? Fernanda também pontuou que vêm chegando à Secretaria Geral demandas sobre participação de diversas áreas da Esplanada. Uma questão apresentada foi a da revista íntima para mulheres que vão visitar presos. Isso já foi abolido em vários países, poderia haver uma meta no plano nesse sentido. Também a questão da maternidade das mulheres presas, que saíram da prisão e tiveram seus filhos adotados sem que fossem consultadas. Como a população de mulheres encarceradas triplicou, é preciso pensar em ações para isso.

Rodrigo Oliveira (MEC) recomendou que a pactuação no MEC seja precedida por comunicação via ofício para a Secretaria Executiva, uma vez que diversas secretarias estão envolvidas e que a representação no comitê vem de somente uma delas. O envio desse ofício facilitaria a atuação dos dois representantes para iniciar as articulações com as demais áreas e validar o documento.

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** respondeu às questões, esclarecendo que a estrutura do PNPM não é nova e obedece ao padrão do 1º e 2º PNPM. A diversidade de padrões nas metas vem do fato de que elas incluem tanto metas previstas no PPA como metas já pactuadas no 2º PNPM. Não existe contradição entre metas e linhas de ação, conforme será possível ver no desdobramento das linhas de ação em ações, na versão completa do plano.

Ressaltou ainda que a SPM executa pouco; sua maior execução é na área da Violência. Não seria possível dizer que a SPM irá implementar sistema de combate à mortalidade materna, por exemplo. Isso é responsabilidade do MS, e a SPM pode apoiar, fomentar, pressionando os demais ministérios para que aquela ação seja criada. É a característica de um plano transversal.

Disse ainda que a colocação de Rodrigo (MEC) ressalta a importância da existência dos mecanismos de gênero nos ministérios; se houvesse um mecanismo de gênero no MEC, ele próprio faria essa articulação. Há ações universais, mas temos que saber quantos milhões o MTE vai destinar às mulheres. Há questões que são exclusivas das mulheres, como a violência, a questão da cadeia reprodutiva (maternidade, mortalidade materna). Quando temos que pactuar ações universais, nos resta saber qual é a natureza e o volume empregado para aquela ação universal. Um problema que temos é a falta de núcleos e comitês em todos os ministérios.

Com relação à sociedade civil, de acordo com o desejo da Ministra, o PNPM foi apresentado ao CNDM, que esteve reunido na semana anterior por dois dias, com representação de 20 ou 30 entidades da sociedade civil. No Comitê, existe representação do CNDM. A sociedade civil também terá o prazo de 1º de outubro para enviar as sugestões. E temos o SigSPM, sistema informatizado a que têm acesso todas as representantes dos ministérios para acompanhar este plano. As ações pactuadas deverão ser preenchidas a cada semestre no sistema. O problema é que as representações dos ministérios não preenchem.

A Secretária disse ainda que as ações e metas são decorrentes da 3ª Conferência, que são resultado das conferências municipais e estaduais, em um crescendo de reivindicações até a conferência nacional. Tivemos um trabalho de sistematizar tudo isso, respeitando as demandas da

Conferência, em especial a manutenção do Eixo 9. Não podemos nos opor ao movimento social, que é quem estabelece e propõe as principais ações e objetivos deste plano.

Lídia Yoshikawa (Casa Civil) solicitou, então, que a SPM envie um quadro comparativo do plano anterior e o novo, para apontar o que veio da conferência, o que é novo, para facilitar os trabalhos.

Rodrigo Oliveira (MEC) mencionou ainda que não tinha identificado menções à implementação dos mecanismos de gênero nos demais ministérios. Disse que os mecanismos são imprescindíveis para o fortalecimento da política e para empoderar os órgãos.

Lourdes Bandeira (SPM) informou que o incentivo à criação de mecanismos de gênero está presente na seção do PNPM sobre gestão e monitoramento. Afirmou ainda que a proposta de Lídia é possível; após as pactuações teremos todas essas informações. Informou que serão publicados os anais da 3ª Conferência e do relatório de avaliação do 2º PNPM.

José Caetano Minchillo (Banco do Brasil) parabenizou a SPM pela iniciativa e informou que estão trabalhando no BB a articulação das questões de sustentabilidade, gênero e raça. Questionou qual é a expectativa em relação ao BB em sua participação no Comitê; tendo em vista que se trata de um plano de governo, identificava algumas questões pontuais em que poderia contribuir.

Lourdes Bandeira (SPM) respondeu que o BB, como a CEF, é um órgão público que tem investimentos e programas com a SPM e outros ministérios, que chegam nos bancos via financiamento, como programas de cooperativismo, moradia, luz. Nas ações detalhadas do plano há questões que tem relação com os bancos do ponto de vista dos recursos como empreendedorismo, associativismo e outras.

Cida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência (SNEV/SPM), informou que na linha de ação 4.3. (garantir segurança cidadã e acesso à justiça às mulheres em situação de violência) há diversas ações sobre sistema penitenciário, que versam sobre visita íntima, filhas/os, creches, saúde, já sendo discutidas com o DEPEN.

Lucia Rincon (CNDM) ressaltou a importância de se disponibilizar o quadro comparativo do plano anterior e novo, para possibilitar a intervenção do movimento social. Mencionou ainda que o prazo para envio de sugestões estaria muito reduzido. Colocou também que existe no CNDM uma câmara técnica de monitoramento do plano, e questionou como se dará o monitoramento a partir de agora. Diversas iniciativas já foram realizadas (junção das câmaras

de monitoramento e orçamento), mas seria bom que o comitê apontasse instrumentos de ação conjunta.

Fernanda Mansur (MRE) questionou qual seria o papel do Itamaraty no Comitê. Informou que o ministério é responsável pela execução da política externa, que é um agregado das diversas políticas internas. Assim, qual seria seu papel no Comitê?

Lourdes Bandeira (SPM) disse que qualquer observação ou crítica será muito bem vinda. Informou que o SigSPM existe desde 2009, e é um sistema criado na gestão da Ministra Nilcéia Freire. O movimento social tem acesso a ele, não em toda a sua extensão, mas tem acesso aos resultados. Pode verificar as ações que estão sendo desenvolvidas e pressionar a SPM e o ministério parceiro para que a ação seja efetivada. A cada ano se elege um conjunto de prioridades de execução, com os ministérios. O que o movimento social cobra da SPM – e da SOF – é a possibilidade de acompanhamento dos recursos. Informou que isso será possível por meio do SIOP (Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento), onde se pode verificar em cada ministério os recursos destinados às ações para mulheres. O movimento social poderá acessar e verificar a execução tanto da SPM como de qualquer ministério que tenha ação conjunta a ela.

A Secretária informou ainda que existe uma Assessoria Internacional na SPM. As diferentes áreas de atuação da SPM têm ações no plano internacional. Muitas vezes, as ações não são visíveis imediatamente ou descritas no Plano porque são contínuas e permanentes (como reuniões CSW, CEDAW, ONU Mulheres). Nelas, sempre trabalhamos articuladamente com o MRE. O MRE então é um dos ministérios com quem a SPM tem mais articulação, mas que ainda não estava no Comitê.

Maria do Rosário Cardoso (MP) solicitou que o arquivo do plano fosse enviado em formato Word, solicitação que foi atendida. A Secretária **Lourdes Bandeira** solicitou que as alterações não sejam feitas no corpo do texto, mas abaixo, para facilitar os trabalhos.

Tatau Godinho, Secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica (SAAE/SPM), ressaltou que o Comitê deve atuar não somente na fase de pactuação do plano, mas na pactuação de políticas para as mulheres ao longo de todo o governo. Há algumas representações no Comitê que parecem mais óbvias; outras, não envolvem ações cotidianas mas também são muito importantes. Com relação ao setor bancário, existe a preocupação de que os financiamentos cheguem até as mulheres. Há também a discussão com o Ministério da Fazenda para que a redução de impostos para a linha branca priorizasse a máquina de lavar. Outras ações

que envolvem financiamentos também dizem respeito aos bancos. Assim, é importante sua presença no Comitê para sabermos o que propor na negociação com os ministérios. Iniciativas como o Programa Pró Equidade de Gênero e Raça são importantes, mas o principal são as políticas do governo para fora. Mencionou que também há um interesse em mudar o foco dos financiamentos dos temas tradicionais (manicure, corte e costura). Não abandonar estes financiamentos, mas expandir para outras áreas. Deseja-se, com isso, que as mulheres possam ocupar áreas tradicionalmente pensadas como masculinas.

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** encerrou os trabalhos do período da manhã.

5. Andamento das pactuações

No período da tarde, iniciou-se com uma rodada de apresentação daquelas que não participaram pela manhã. Em seguida, as secretárias da SPM iniciaram o relato do andamento das pactuações do PNPM.

A Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas **Vera Soares (SAIAT/SPM)** deu início às explanações referindo-se ao capítulo 2, de educação. Ela ressaltou a importância de se definir uma boa estratégia, uma vez que é um ministério grande e as negociações envolvem três secretarias (SECADI, SEB, SETEC). A SPM tem uma boa parceria com o MEC no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (que abrange jovens do ensino básico até doutores e pós-doutores nas universidades). Uma boa ideia é conversar primeiramente com o Secretário Executivo, a SPM irá conversar com Daiane (representante do MEC no Comitê) sobre como o fazer. A SPM tem um curso à distância com a SECADI de formação de professores do ciclo básico, trata a questão da diversidade na escola, e também um curso de formação de gestores também à distância. Outra questão importante que deverá ser abordada é a do analfabetismo da população brasileira, que é mais alto e resistente entre as mulheres idosas.

Com relação ao capítulo de saúde, a Secretária ressaltou que se trata de outro ministério complexo, com qual a SPM já atua em uma série de iniciativas (como o Congresso de HIV/Aids, Rede Cegonha). O mote no PNPM para a saúde é o fortalecimento da PNAISM, que é uma estratégia que também precisa ser definida junto ao MS. Informou que algumas pactuações já foram feitas na época do PPA.

A Secretária esclareceu que o capítulo 5 exige poucas pactuações com outros ministérios. Envolve articulação com o TSE, além de pactuação com novos prefeitos eleitos pela ampliação dos OPMs. Também serão necessárias conversas com o MPOG; é importante elaborar um diagnóstico sobre as mulheres que estão em cargos de direção no governo (especialmente nos DAS 3, 4, 5 e 6), para pautar o acesso das mulheres negras aos altos cargos da administração. Na Administração Pública via concursos, há maior participação das mulheres negras. A Secretária informou ainda que em 2013 serão realizadas ações voltadas à criação e fortalecimento dos OPMs, e convidou os demais ministérios a planejar conjuntamente o Fórum de OPMs.

Com relação ao Capítulo 8, que trata de Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia, a Secretária informou que houve discussões em 2011 para realização de ações conjuntas com o MinC que não avançaram. Informou que a SPM deseja retomar essa articulação, tendo como centro a visibilização da produção cultural das mulheres. Com relação ao Ministério das Comunicações, há demandas para que a imagem da mulher seja menos estereotipada na mídia; esta é uma discussão que precisa ser pautada. Solicitou à Secretária Executiva que alguns temas permaneçam em construção, pois até 1º de outubro seria difícil terminar.

A Secretária prosseguiu informando que o Capítulo 9, de Enfrentamento do Sexismo, Racismo e Lesbofobia, não é de responsabilidade da SAIAT/SPM, mas de todas as secretarias, em interface muito próxima com a SEPPIR. Já existe prática de trabalho em comum com a SEPPIR, mas antes da pactuação será feita reunião de trabalho para identificar como o tema está sendo trabalhado nos dois ministérios. Já no que se refere ao Capítulo 10, que aborda as questões referentes a mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, houve diálogos com a SDH, especialmente sobre população LBT e mulheres idosas. Com a SNJ já há um diálogo em curso; há trabalhos em comum, o que significa que muito já está pactuado.

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** informou que, com relação ao prazo, será possível fazer complementações posteriores até o lançamento da versão impressa; será informado “pactuação em andamento” quando pertinente. A Secretária ainda informou que a ENAP fez em 2010 um levantamento sobre a ocupação dos DAS. DAS 1: 45% de mulheres; DAS 6: 18% de mulheres, ou seja, poucas mulheres em cargos de decisão, o que mostra que a ascensão está comprometida por uma ideologia masculinista.

Daiane Lopes (MEC) informou que existe alguma dificuldade de mobilização das demais secretarias no MEC, pela não existência de um comitê de gênero. Sugeriu que se marque

uma reunião com a Secretaria Executiva do MEC para organizar as pactuações depois com os demais secretários. Disponibilizou-se para agendar pactuação com SECADI. A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** reforçou a importância da existência de um núcleo de gênero que realize essa articulação.

Maria Isolda Moura (MDA) informou que o MDA já foi procurado pela SPM para fazer a pactuação. Também reforçou a importância da existência de OPMs para viabilizar as políticas.

Thaís Werneck (MinC) informou que no ano passado foi enviado um termo de cooperação para a SPM, que não teve resposta. Reforçou a importância de retomar a iniciativa. Informou que a secretaria da cidadania e diversidade cultural vai lançar ainda esse ano um edital para premiar iniciativas culturais que dêem visibilidade para produção cultural das mulheres, mas são necessárias outras ações além dos editais. Ressaltou que no ano passado foi incluída uma ação exclusivamente para gênero no PPA, pela primeira vez no MinC. **Vera Soares (SPM)** solicitou que o termo de cooperação seja novamente enviado, para retomar a articulação. **Lourdes Bandeira (SPM)** lembrou de iniciativas de 2010 referentes a Pontos de Cultura, que poderiam ser retomadas.

Natália Fontoura (IPEA) informou que o IPEA lançou este ano um relatório sobre DAS e progressão de mulheres nas carreiras, e se disponibilizou a enviá-lo.

Em seguida, **Ana Teresa Iamarino**, diretora da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência (**SNEV/SPM**), apresentou o estado da pactuação do capítulo 4, além de alguns temas do capítulo 3. Informou que procuraram observar as recomendações da Conferência pensando a partir da estrutura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, que já tem muitas ações pactuadas e articulações estabelecidas. Com o Ministério da Justiça conseguiu-se inclusive pactuar a inclusão de POs para a realização de ações previstas no PNPM (com SRJ, SENASP e DEPEN), que englobam acesso à justiça, defensorias, mulheres presas. No capítulo de saúde estão as ações de abortamento legal e contraceptivos de emergência; para as quais já houve algumas conversas preliminares. Com MDS estão articulando atendimento especial nos CRAS e CREAS e inclusão de questões de gênero na formação de equipes. Com o Ministério da Previdência, foi assinado acordo referente ao pagamento retroativo de pagamentos da Lei Maria da Penha; isso ocorreu por iniciativa do próprio Ministério da Previdência. Essa ação regressiva tem caráter de ressarcimento da sociedade, mas também pedagógico e de responsabilização.

Também estão incluídas no PNPM as ações do Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. No âmbito da campanha Compromisso e Atitude há a colaboração da SECOM tanto na divulgação como elaboração de estratégias, além do MJ, pois a campanha prevê ações de mídia e também junto a representantes do sistema de justiça (CNJ, MP, Defensoria). Com relação às ações voltadas à exploração sexual, a SPM atua no âmbito do comitê interministerial, em parceria com MTE e PF. Também há previsão da internacionalização do Ligue 180, junto com PF e MRE, além da ampliação da atividade e competência do 180 no âmbito nacional, para que as denúncias recebidas pelo 180 sejam encaminhadas diretamente para os serviços competentes. Há também a atuação na fronteira, em parceria com o CNIg/MTE, nas Casas do Migrante, iniciando em Foz do Iguaçu e depois em Pacaraima, fronteira com Venezuela.

Foi informado que as ações do capítulo 4 voltadas ao enfrentamento à violência se beneficiam da estratégia de gestão do Pacto, que garante articulação permanente. O Pacto está em fase de repactuação. A diretora ressaltou a importância da existência dos OPMs para a efetividade do pacto.

Em seguida, a Secretária de Avaliação de Políticas e Autonomia Econômica, **Tatau Godinho (SAAE/SPM)**, iniciou o relato das pactuações em temas dos capítulos 1, 6, 7 e 8. O Capítulo 1 envolve políticas de trabalho no mundo urbano, com MTE, Min. Previdência e MDA. Com o MTE, foram realizadas conversas diretamente com o ministro, especialmente em questões que envolvem mudanças legislativas (lei de igualdade, licença maternidade de 180 dias para todas as trabalhadoras, ampliação da licença paternidade). A outra questão importante diz respeito a trabalhadoras domésticas, que já está bastante em andamento. Foi feito um acordo para identificar as mudanças que podem ser feitas imediatamente independente das mudanças legais (Convenção da OIT e PEC).

Com o Ministério da Previdência, há ações mais pontuais com relação a ampliação de direitos previdenciários (trabalhadoras rurais e donas de casa). Também há reivindicações que são feitas por categorias específicas; o desafio é a expansão da cobertura previdenciária (o que envolve também MTE, MPOG, Fazenda, pois depende do crescimento da economia).

Outra questão é a ampliação da qualificação profissional das mulheres e da capacitação em sentido amplo, envolvendo MEC e MDS (pelo Programa Brasil Sem Miséria). Com relação às empresas privadas, temos a ampliação do Programa Pró Equidade de Gênero e Raça; no que se

refere às estatais, há o objetivo de aumentar a participação das mulheres, avaliando que isso é um estímulo para a participação das mulheres no setor empresarial como um todo.

Nos capítulos 6 e 7, que envolvem desenvolvimento sustentável e campo e floresta, há pactuações com MDA, MMA e outros ministérios em pontos específicos. Com o MDA a pactuação já foi concluída; discutiu-se ação por ação, orçamento e redação final. Com o MMA ainda não foi possível marcar reunião, pois a responsável estava em férias. O desafio é envolver o debate do desenvolvimento econômico e sustentabilidade num bloco único. Nesses capítulos entram também o debate da infraestrutura social e urbana. Não é só urbana, pois inclui programas como Luz para Todos, além do Minha Casa, Minha Vida. Este bloco envolve as grandes obras do governo, que devem ser pactuadas com MME, MIN, em conversas finais com a Casa Civil. Em todas essas questões temos pactuações com a Seppir, pois existe com relação às mulheres negras a questão da diferenciação salarial.

No Capítulo 8, a SAAE está responsável pelo tema do Esporte. A pactuação está bastante adiantada, já foram feitas várias reuniões e discussão de atividades. Será proposta uma reunião da Ministra Eleonora com o Ministro Aldo Rebelo, para que algumas decisões possam ser tomadas.

Nos capítulos 1, 6 e 7 há debates nas relações internacionais importantes como a FAO (em cooperação), e expectativa de debate das relações de trabalho e de cuidado em especial com os países do Mercosul. Na pactuação isso é feito às vezes por outros canais que não o MRE; diretamente com a FAO. Há outros ministérios envolvidos, com ações pontuais, como MAPA, Ministério da Fazenda e setor bancário.

Em seguida, a sessão foi novamente aberta para debate. **Carla Magalhães (Caixa Econômica Federal)** informou que fez consulta ao departamento jurídico da CEF sobre a proposta presente no PNPM de acentuar nos editais de contratação a igualdade de oportunidades de gênero. O setor jurídico deu uma resposta promissora, apontando os aspectos da Lei 8.666 que colocam em risco a Caixa como empresa pública ao colocar essas exigências. Mas o jurídico avalia que a Caixa pode ousar e os riscos podem ser minimizados. Vai caber à Administração decidir se ousará. Carla sugeriu uma revisão da 8.666 nesse sentido. Outra sugestão é a respeito da dificuldade com o Decreto Lei 5940/2006, que institui a obrigatoriedade da coleta seletiva solidária nos órgãos da Administração Pública direta e indireta. Para isso, é necessário habilitar as associações de catadores. O decreto estabelece as condições para que as entidades possam se constituir como associações para serem credenciadas, e não estão conseguindo. A maior

dificuldade é que, segundo as regionais da CEF, a maioria das associações que nos procuram são de mulheres, com altos índices de analfabetismo. Elas não conseguem se constituir como catadoras porque o decreto lei é muito exigente.

Depois, o **Coronel Rodrigo Martins Prates (Defesa)** informou que o Ministério da Defesa recebeu o convite para participar do Comitê um mês antes e ele tramitou entre as diversas áreas, sem que ficasse claro qual deveria ser responsável pela representação. Colocou o Ministério à disposição. Esclareceu que o foco principal do MD é exercer a direção superior das Forças Armadas na defesa da pátria, na garantia da lei e da ordem, e, secundariamente, na realização de ações subsidiárias. Nesse caso, seria indicada a vertente militar do MD e a participação no PNPM seria, por exemplo, nos moldes do PNDH-3, no qual o MD tem envolvimento em 10 ações, desde o apoio à ampliação do acesso à documentação básica em áreas remotas até o combate à homofobia. Porém, se o foco do PNPM for a atuação junto ao segmento feminino das Forças Armadas seria indicada vertente civil da Defesa, que cuida do pessoal, do ensino etc. Pediu esclarecimentos sobre o foco para definir a representação no Comitê.

Maria Isolda Moura (MDA) confirmou que as pactuações com o MDA foram realizadas, por meio da Diretoria de Políticas para as mulheres. Contudo, ressaltou que serão necessários alguns ajustes pontuais, especialmente com relação a valores. Reforçou, porém, que as metas do PPA estão amparadas por quatro ações orçamentárias.

A Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, **Lucia Rincón (CNDM)**, reforçou a importância da existência de núcleos de gênero nos ministérios, para realizar políticas para dentro e para fora, em paralelo à ação externa, proposta pela SPM.

Em resposta ao Coronel Rodrigo, a Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** afirmou que a Ministra Eleonora Menicucci conversou com o Ministro Celso Amorim, e que ele teve a sensibilidade de se mostrar interessado em participar. Isso já é um passo muito significativo. Não só porque se penetra em uma instituição com *ethos* predominantemente masculino. Não é de imediato que serão localizados os melhores pontos de articulação, com o tempo serão definidos. Mas já existem ações específicas, como, por exemplo, a questão das mulheres marinheiras à bordo na marinha mercante e a questão da gravidez. Sugeriu que o Coronel permaneça na representação, até que se defina uma melhor representação.

A Secretária Tatau Godinho (SAAE/SPM) afirmou que a questão apresentada pela CEF é muito importante, e que a SPM deseja criar critérios de contratação que envolvam as políticas de

igualdade das empresas contratadas. Um caminho importante é a aprovação da lei de igualdade. Concordou ser importante iniciar discussão da revisão da 8.666, embora este seja um debate mais amplo no sentido de como desvendar os caminhos de contratação para poder contratar grupos e associações de produtores menores, mais simples e informais. Com o PAA, as compras governamentais, isso está avançando. A SPM avalia que a aprovação de uma legislação que diga explicitamente sobre formas de discriminação no mercado de trabalho é importante para que possamos exigir que na contratação a empresa tenha aqueles requisitos previstos em lei.

Há uma parte do nosso trabalho que é a relação com o IPEA e o IBGE, que é importante pela questão dos indicadores e produção de dados.

Com relação ao Ministério da Defesa, afirmou que há muitas questões passíveis de interlocução. Por exemplo, no tema do enfrentamento à violência, nas áreas de fronteira e forças de paz (cooperação com países de língua portuguesa); áreas em que estão entrando mulheres (como marinha mercante) e os desafios que enfrentam.

A Secretária **Vera Soares (SAIAT/SPM)** lembrou que a Lei de resíduos sólidos é exemplar ao reconhecer a figura do catador e de sua organização informal. Com relação ao Ministério da Defesa, colocou a importância de discutir em que nichos específicos as mulheres estão inseridas. Hoje as mulheres são maioria nas universidades, mas em nichos específicos (nas humanas). É necessário fazer essa abertura para que as mulheres escolham outras carreiras. Com relação às ações civis, é importante discutir os preconceitos que estão presentes nas relações sociais, institucionais e provavelmente também nas Forças Armadas.

A Diretora **Ana Teresa Iamarino (SNEV/SPM)** concordou que há diversas interfaces de atuação com o Ministério da Defesa, especialmente por conta da atuação na fronteira com o Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O Ministério da Defesa também pode ser importante na atuação junto a mulheres migrantes nas fronteiras, que passam por diversas instituições; seria bom que essas instituições soubessem reconhecer casos de violência. Nos casos de desastres naturais, há maior incidência de violência sexual contra as mulheres; a SPM tem trabalhado com missões de paz no enfrentamento à violência sexual. Dificilmente haverá uma interlocução privilegiada que dê conta de tudo, e daí a necessidade de criação dos comitês para que eles façam a interlocução com suas diferentes áreas.

Maria Isolda Moura (MDA) expressou a importância da presença dos agentes financeiros (CEF e BB) no comitê, pois surgem relatos com frequência de que os agentes

financeiros têm dificuldade em conceder créditos às mulheres rurais porque estas não são encaradas como agentes econômicos. Com relação à lei 8.666, há um estudo sobre economia solidária e com recorte de grupos que fazem reciclagem, feito em 2008, mas que terá divulgação de versão atualizada em breve. Ele demonstra que os grupos de mulheres são os mais frágeis, menores e com menos estrutura. O MDA tem atuado com critérios que privilegiam as mulheres.

O Coronel **Rodrigo Prates (Defesa)** afirmou que nas Forças Armadas o preconceito contra as mulheres já foi superado há muito tempo; hoje todas as áreas têm mulheres. Com relação às missões de paz, no ano passado em trabalho com SDH foram introduzidos na capacitação de pessoal para as forças de paz e nos currículos das escolas de formação militares os direitos humanos; a mesma estratégia poderia ser usada. A partir do ano que vem avaliaremos. O avanço da mulher nessas áreas é uma conquista, mas também há que se avaliar as limitações de cada posto.

A Secretária Executiva **Lourdes Bandeira (SPM)** em resposta à colocação do Coronel Rodrigo Prates, afirmou haver discordância quanto à superação da desigualdade nas forças armadas, mas que a SPM se dispunha a realizar um debate sobre tal questão. Colocou a SPM à disposição para apoiar a constituição de núcleos de gênero em todos os órgãos e ministérios. Reforçou que a minuta do plano será enviada por email, e que as sugestões deverão ser enviadas para este email (pnpm@spmulheres.gov.br) até dia 01 de outubro, encerrando os trabalhos.